



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 3 - Políticas e Regimes de Informação

A ORDEM DOS LIVROS CENSURADOS: AINDA OS EFEITOS DE 64 NAS COLEÇÕES DE BIBLIOTECAS

Marcia H. T. de Figueredo Lima¹, Kelly Pereira de Lima²

Modalidade da apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O estudo tem como pressuposto a compreensão da seleção de discursos como dispositivo de poder nas bibliotecas, por um lado e como oportunidade de preservação da pluralidade discursiva, por outro. Reflete sobre os efeitos nocivos da censura. Recortando a pesquisa para bibliotecas públicas e universitárias, visa como objetivo geral, compreender como a verdade histórica deveria ser relativizada em função da correção histórica dos discursos e chegar até questões da pluralidade discursiva e seleção da informação em lugares de informação e memória e como objetivos específicos, utilizando como exemplo comprobatório no tempo-espaço uma série estatística de presença/ausência de livros censurados em catálogos *on line* de bibliotecas públicas e universitárias do Estado do Rio de Janeiro, compilar uma lista de títulos do maior número possível de livros de cunho político censurados entre 1964 e 1985, a partir de outras fontes de informação e informar onde podem ser consultados esses títulos. Conclui que se por um lado a distância temporal gera um hiato irreparável pelo silenciamento discursivo dos livros censurados, o prejuízo para a memória pode ser diminuído ao utilizar-se uma rede espacial ampliada de bibliotecas.

Palavras-chave: Censura. Livro. Desenvolvimento de Coleções. Ditadura Militar (1964-1985).

¹ Doutora em Ciência da Informação pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o IBICT. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista pela Universidade Federal de Viçosa. Mestre em Ciência da Informação pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o IBICT.

² Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pós-Graduação em Mídias Digitais pela Universidade Estácio de Sá.

Abstract: *The study presupposes understanding the selection of speeches as power device in libraries, on the one hand and as the opportunity to preserve the discursive plurality, on the other hand. It reflects on the harmful effects of censorship. Cutting the research to public and university libraries, it aims at, as a general objective, understand as the historical truth should be relativized due to the historical correctness of the speeches and get to issues of discursive plurality and information selection in information and memory centers and, as specific objectives using as an evidentiary example in time-space a statistical series of presence/absence of censored books of online catalogs of public and university libraries of the State of Rio de Janeiro bibliographic, to compile a list of titles of the greatest number as possible of political censored books between 1964 and 1985, as of other information sources and to inform where these titles can be consulted. It concludes that, if on the one hand, the time distance generates an irreparable gap by discursive silencing of censored books, the damage to the memory can be reduced when using an expanded space network of libraries.*

Keywords: *Censorship. Book. Collection development. Military Dictatorship (1964-1985).*

1 INTRODUÇÃO

O mundo está repleto de marcas de regimes ditatórias que aplicaram e aplicam a censura na produção intelectual, no controle da produção editorial, cerceando o acesso aos pensamentos críticos, de modo a sustentar seu poder e domínio sobre a sociedade que governam, impondo “verdades” que justificam e enaltecem seus abusos.

Na história brasileira, há marcas de, pelo menos, dois regimes autoritários: a ditadura Vargas (1930-1945) e o Golpe Militar de 1964 (1964-1985) (LEITÃO, 2011, p. 45). A ditadura militar mais recente é referida pelas lamentáveis violações de direitos humanos, e pela censura de obras artísticas como filmes e peças teatrais e a informação publicada em jornais e livros.

A informação é envolvida por feições complexas e que remetem à dinâmica comunicacional, registro documental e veracidade. Acesso à informação e a seleção de múltiplos posicionamentos discursivos são elementos de ruptura e reconstrução de memória histórica coletiva e individual de grupos étnicos e de cidadãos vitimizados nos períodos de opressão.

Dentre as inúmeras questões que podem ser formuladas para pesquisas referentes à ditadura, esta pesquisa inicia-se a partir de questões: os efeitos de censura nos lugares de memória e informação seriam irrecuperáveis? Onde poderiam ser encontrados os livros que foram censurados no período da Ditadura Militar? Livros censurados entre 1964 e 1985 poderiam ser encontrados em catálogos virtuais de bibliotecas no Estado do Rio de Janeiro em 2016?

O objetivo da pesquisa é compreender se a seleção de discursos plurais, enquanto dispositivo de poder nas bibliotecas, deveria ser relativizada em função de pressupostos epistemológicos de verdade e correção histórica e refletir sobre os efeitos da censura como dispositivo de apagamento de discursos publicados em livros, interposição na constituição de acervos e restrição do acesso a materiais bibliográficos.

Dito isto, passemos às considerações teóricas para compreender nossas questões.

2 PLURALIDADE DISCURSIVA NA BIBLIOTECA E O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

Os discursos (orais ou registrados) compõem a memória, a história, e o conjunto dos dois constituem a identidade de uma sociedade ou grupo social. Segundo Nora (1993, p. 9) a memória solda o grupo que do qual surge, há tantas memórias quanto grupos; ela é, por natureza, afetiva, múltipla e multiplicada, coletiva, plural e individualizada.

A História, ao contrário da memória dos grupos, baseia-se na racionalidade do documento escrito e arquivado. Conforme Paul Otlet (1997, p. 43 *apud* ORTEGA; LARA, 2010) o livro ou o documento denotam objetos informativos que contêm “*signos representativos de certos dados intelectuais*”.

Na Ciência da Informação, o suporte informacional se torna secundário, em comparação ao objeto “informação”, em que pese a retomada neodocumentalista sobre a “importância da materialidade da informação, esta não pode sobreviver apenas da autoridade cognitiva” (FLECK, 1935 *apud* FROHMAN, 2008).

A filosofia contemporânea considera o “discurso não apenas como o simples texto, mas como o próprio campo de constituição do significado em que se estabelece a rede de relações semânticas com a visão de mundo que pressupõe” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 77).

Para Chauí (1980, p. 20, 44) a sociedade é atravessada por conflitos e por antagonismos que exprimem a existência de contradições constitutivas do próprio social, as ideias dominantes “não são dominantes porque abarcam toda a sociedade, nem porque a sociedade toda nela se reconheça, mas porque são idéias dos que exercem a dominação”.

A escritora nigeriana Chimamanda Adichie na palestra “O perigo da História única” em 2009, adverte sobre os discursos repetidos até estabelecer uma hegemonia institucionalizada, destaca a importância do reconhecimento das histórias periféricas e

regionais e propõe uma ruptura com as histórias dominantes entranhadas em nossa cultura e o estabelecimento de uma nova ordem de narrativas dos grupos minoritários.

A democratização cultural e a oferta de pluralidade discursiva reestabelecem e reconstróem a memória e história da sociedade, mediante o prisma dos direitos humanos e a dignidade humana, no momento em que “seus participantes regulam sua pertença a grupos sociais e garantem a solidariedade” (HABERMAS, 1990, p. 96) e concede voz ao silêncio dos vencidos, oprimidos e minoritários.

Para Lewis (2008, p. 1) as bibliotecas, um bem público, "têm sido um dos lugares onde os cidadãos podem ser expostos a uma variedade de pontos de vista, incluindo pontos de vista impopulares ou minoritários".

A pluralidade discursiva em uma biblioteca promove “embates e concordâncias, cujos entrecruzamentos são recepcionados como pontos de vista. Em uma mesma prateleira ou estante podemos encontrar ideias convergentes e divergentes de autores” (LIMA, K., MIGLIOLI; LIMA, C., 2015, p. 41) que constituem uma área do saber.

Para Milanesi (1986, p. 27- 28), a biblioteca deveria ser um lugar “que não fosse apenas consequência, mas que pudesse ser um meio ativo de contradição e, como tal, um instrumento de desordem. [...] suprir os indivíduos de estímulos para re-ver, re-pensar, re-avaliar a ordem existente”.

Freitas e Gomes (2004) enfatizam as funções político-culturais para profissionais da informação em relação à memória social. O bibliotecário, assim como outros profissionais da informação, é um agente social a quem historicamente se atribui a guarda, organização, acesso, promoção e preservação da informação com papel relevante nas práticas informacionais, que podem e devem ser democráticas.

As decisões tomadas por um profissional da informação relativas às coleções devem ser regidas com responsabilidades éticas e sociais, no fato de reger a potencial "orquestração" de uma pluralidade de discursos. Esta é função típica do desenvolvimento de coleções, tema da próxima seção.

3 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: APONTAMENTOS

As coleções de bibliotecas, especialmente as ligadas a instituições públicas, deveriam ofertar uma multiplicidade de manifestações discursivas e não atuar como "advogadas" tendenciosas de um único ponto de vista, constituído de acordo com a crença, convicção política, ou visão do mundo do profissional da informação (VERGUEIRO, 1989, p. 55).

No final da década de 60 e início da de 70, Vergueiro (1989, p. 11) afirma que a partir do Movimento para o Desenvolvimento de Coleções na biblioteconomia internacional “boa parte dos bibliotecários começou a preocupar-se com suas coleções, buscando desenvolvê-las, selecioná-las, expurgá-las, enfim, transformá-las em alguma coisa mais coerente”.

O desenvolvimento de coleções foi consagrado na literatura biblioteconômica para designar os processos e as políticas que envolvem ações em relação às coleções valorizando o acesso (WEITZEL, 2012, p. 181). Segundo a quinta lei de Ranganathan, a biblioteca é um organismo em crescimento e Vergueiro (1989, p. 12) alerta que manter as bibliotecas como organismos vivos e atuantes é uma mudança [tensa] de ênfase do trabalho de acumulação visando preservação pura e simples de documentos/monumentos - aquele conjunto material a ser conservado para a posteridade - para todo um conjunto de práticas que possibilitam o acesso ao mesmo - o direito de saber das populações.

Para Vergueiro (1997, p. 77) as pressões sobre a formação de um acervo plural só serão enfrentadas com a utilização objetiva de critério de seleção que justificarão todas as decisões em uma política escrita de seleção, uma guia racional para alocação de recursos; determinação de prioridades, quais itens adquirir e “essa objetividade só poderá ser comprovada se estiver registrada em um documento, que poderá ser apresentado para justificar as decisões atuais e futuras”.

Esta tarefa pode ser bem mais complexa do que o prático olhar administrativo ou meramente tecnicista de um gerente descuidado dos aspectos sociais. Elaborar uma política requer conectar o panorama contemporâneo aos marcos histórico. Formalizar um documento descrevendo, detalhadamente, quem será atendido pelas coleções (física, digital e virtual), quais os parâmetros gerais e específicos da mesma e com que critérios estas se desenvolverão (VERGUEIRO, 1989, p. 23, 37).

A política de desenvolvimento de coleção pode ser um instrumento de contenção de abuso de poder no que retrata a liberdade intelectual, em ofertar discursos soberanos ou posicionamento unilateral. A liberdade intelectual definida por Vergueiro (1987, p. 22) “é o

direito dos usuários de ter acesso a **todos** os aspectos de **todas** informações, sem que esse acesso seja restrito sob hipótese alguma”.

A política se torna diretriz para decisões em relação à seleção e aquisição dos conteúdos a serem incorporados ao acervo e à própria administração dos recursos informacionais, uma declaração dos objetivos gerais e específicos da biblioteca (VERGUEIRO, 1989, p. 24).

O documento de política de desenvolvimento de coleções possui caráter administrativo, assegura a continuidade de critérios; de relações públicas, informa as decisões à comunidade; político, instrumento para resistência ou gerenciamento de conflitos e pressões (VERGUEIRO, 1997, p. 63-67) e social, considera o aspecto de etnicidade da comunidade que serve e os aspectos históricos que interferiram na vida social dos indivíduos e grupos.

Desse modo, o documento deve tornar público todos os atos relacionados ao desenvolvimento de coleções. Publicidade e publicização das decisões são princípios relacionados a uma gestão de prestação de contas e transparência da administração, manifestam o posicionamento político e fortalecem as relações democráticas e estreitando o compromisso com a comunidade.

A importância da formação e desenvolvimento de coleções é proporcionar eficiência, de forma socialmente responsável, às atividades e processos de uma biblioteca, interpor-se entre os recursos de informações disponíveis e a comunidade usuária a ser servida.

O compartilhamento de recursos e as redes de colaboração ampliaram os limites do uso das coleções que passou a ser o próprio limite do conhecimento recuperável, resultante da constatação de que nenhuma biblioteca pode ser auto-suficiente (VERGUEIRO, 1989, p. 13).

3.1 Seleção

Para um indivíduo tomar uma decisão, ele analisa as alternativas pela faculdade intelectual, articulando suposições e premissas para inferir conclusões e optar pela melhor escolha, além de ser movido pelas ordens éticas e morais. A razão, para Japiassú e Marcondes (1996, p. 230), é a faculdade de julgar e

[...] estabelecer determinadas relações constantes entre as coisas, permitindo assim chegar à verdade, ou demonstrar, justificar, uma hipótese ou uma afirmação qualquer. Nesse sentido, a razão é discursiva, ou seja, articula conceitos e proposições para deles extrair conclusões de acordo com princípios lógicos.

Harré (1993 *apud* DAY, 2015) denomina "ordens morais" como conjunto de expectativas normativas de papéis sociais e regras de comportamento. Para Day (2015) ocupamos vários papéis sociais morais (pai, irmão, amigo, empregado etc.), respondendo de forma diferente conforme a situação, e temos responsabilidades sobre nossas respostas e ações.

A seleção é um momento de escolha, de tomada de decisões sobre a incorporação de novos itens de informação ao acervo. O profissional da informação dotado de razão e ordens morais e éticas, pessoais e profissionais, ao selecionar, terá que articular da melhor forma, seus princípios, conhecimento técnico, competência gerencial e comunicacional em prol da eficácia no atendimento das demandas informacionais de sua comunidade.

Selecionar, de acordo com Haines (1950 *apud* FIGUEIREDO, 1993, p. 55) é ser capaz de “comparar diferentes livros sobre um assunto, pesar o mérito de demandas opostas, julgar o valor de livros individualmente, e na aplicação de princípios, estabelecer métodos de utilização de verbas para livros”. Para Figueiredo (1993, p. 102) é uma “função do desenvolvimento da coleção; processo de tomada de decisão para títulos individuais” e de acordo com Wellard (1937 *apud* FIGUEIREDO, 1993, p. 24) os métodos e práticas de seleção são sociológicos.

Para Vergueiro (1989, p. 40) o estabelecimento de regras e critérios de seleção, parte de uma política maior, é um passo necessário para transformar um grupo de materiais em um verdadeiro projeto informacional e extrair de um universo de produção do conhecimento aquela fração que interessa à comunidade.

4 SOBRE CENSURA, LIVROS E LISTAS

Japiassú e Marcondes (2008, p. 42) definem a censura no sentido clássico e social como “privilegio que uma autoridade constituída se arroga de controlar e eventualmente impedir o exercício da liberdade de expressão dos indivíduos ou dos meios de comunicações em nome da segurança pública, da moral, da religião ou dos bons costumes”.

A censura é a negação ao direito de saber, interfere de modo direto na ordem do discurso, no desenvolvimento de coleções de bibliotecas e foi exercida de forma coerciva e violenta (física ou psicológica).

O Regime militar (1964-1985) exerceu a censura em conjunto com a violência e manipulação discursiva em prol de apropriar-se e manter-se no poder.

A censura pode ser exercida, como aponta Evans (1979 *apud* VERGUEIRO, 1987, p. 24) pela esfera governamental; por pressão individual ou de grupo; e pela autocensura, sendo “muito mais fácil lidar com os dois primeiros tipos de censura do que com o terceiro, pois naqueles existem apenas duas alternativas: ou se luta contra a censura ou se compactua com ela”. A autocensura para Evans (1979 *apud* VERGUEIRO, 1987, p. 24) é bem mais complexa, “pois, além das pressões sociais e políticas que forçam, muitas vezes, - sua existência, existe também a questão inerente ao próprio profissional bibliotecário que, sem o saber, realiza autopolicamento para evitar prováveis polêmicas”.

Para Arendt (*apud* LAFER, 1988, p. 255) o segredo e a mentira são empregados nos negócios políticos para poder esconder e destruir a verdade, transformar-lhe em auto-ilusão. Os *arcana imperii* comportam dois fenômenos: o do poder oculto que se esconde nos segredos de Estado e o do poder que oculta valendo-se da mentira (LAFER, 1988, p. 246).

A aproximação da violência e mentira enquanto dimensões de coerção tem para Arendt (*apud* LAFER, 1988, p. 255) consequências “destrutivas da comunidade política porque ambas são impeditivas da liberdade de agir conjunto. A violência, porque exclui a interação cooperativa com os Outros. A mentira, porque a confiança na veracidade funciona como fundamento e fundação das relações entre os seres humanos”.

A manipulação discursiva da verdade factual para obter consenso da *ex part populi* (LAFER, 1988, p. 247) se viu multiplicada pelo uso da propaganda, co-edição de livro (parte destes inseridos nas coleções de bibliotecas públicas) e pela força dos meios de comunicação.

Conforme Lafer (*apud* Lima, M., 2014), “a falta de transparência da esfera do público pelo segredo e pela mentira é geradora de violência, já que converte os *engagés* em *enragé*³”. No quadro formalizado por Lima, M. (2014) sobre Estatuto teórico-epistemológico do direito à informação - gerações, dimensões, ordens, esferas ou subsistemas de inserção dos sujeitos, limites, opostos - o oposto ao direito à informação são: a mentira (negação) e o segredo (ausência).

O nascimento da ideia de liberdades essenciais relativas à informação, deu-se, a rigor com a *Areopagítica* de Milton, na Inglaterra em 1644 (SEELAENDER, 1991, p. 191). A censura fere a liberdade de informação, que, segundo Dotti (1997, p. 175), esta liberdade tem raízes no conjunto das liberdades intelectuais destacadas pelo movimento iluminista no final do século XVIII na França.

³ *Engagé* - “engajado”, comprometido, ligado, obrigado, empenhado por uma promessa. *Enragé* - “enraivecido”, muito irritado, furioso, colérico e, no exagero, “doido”, privado do bom senso (AZEVEDO, 1989, p. 604, 609).

Para Lafer (1988, p. 241, 243) o direito à informação “tem como objeto a integridade moral do ser humano, é precipuamente uma liberdade democrática, destinada a permitir uma adequada, autônoma e igualitária participação dos indivíduos na esfera pública” e “numa democracia a visibilidade e a publicidade do poder são ingredientes básicos, posto que permitem um importante mecanismo de controle, *ex parte populi*, da conduta dos governantes”.

O direito de conhecer, de acordo com Dotti (1997, p. 178) “pelo seu exercício, o homem poderá exercer a faculdade de acesso aos acontecimentos em geral e das manifestações do pensamento que o envolvem como um postulado básico mediante o qual possa ocupar o lugar que lhe pertence na civilização em que habita”.

Na biblioteca, as atividades desenvolvidas são voltadas, *a priori*, ao acesso à informação, facilitando a obtenção de informação pelo usuário. A terceira Lei da Biblioteconomia de Ranganathan institui que para cada livro há um destinatário, “esta lei leva a práticas, tais como acesso livre, arranjo coerente na estante, catálogo adequado e serviço de referência” (FIGUEIREDO, 1992, p. 187).

O profissional da informação é mediador (entre a informação e o cidadão) e selecionador (de um universo de discursos plurais) e não pode se arrogar a autoridade de ofertar discursos unilaterais ou censurar o acesso à informação.

Diante dessas considerações sobre a censura e direito à informação, discorreremos sobre a ordem dos discursos censurados, marcos referentes à censura na Ditadura Militar (1964-1985) e as implicações na formação de coleções de bibliotecas.

4.1 A ordem dos discursos censurados

O documento é a materialização da informação e manifestação discursiva consolidada de relatos, testemunhos e posicionamentos. O documento é um dispositivo de construção social de registro, prova e “validação”. Segundo Murguia (2010, p. 127): “como dispositivo, o documento é sustentado e sustenta os discursos que o incluem, se materializa nos objetos e age institucionalmente”.

Ao analisar a materialidade da informação por meio de discurso e das formações discursivas, desde sua gênese, há o princípio de rarefação. De acordo com Foucault (1996, p. 8-9) “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar

seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

Para Foucault (2008, p. 135) a "ordem do discurso" pressupõe que “nem tudo é sempre dito; em relação ao que poderia ser enunciado era língua natural, em relação à combinatória ilimitada dos elementos linguísticos”, da gramática pelo “tesouro vocabular de que se dispõe em dada época” e classe social.

Há três grandes sistemas externos de exclusão que atingem o discurso segundo Foucault (1996, p. 19). O primeiro é a palavra proibida, “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996, p. 9). O segundo é a separação entre a razão e a loucura: “desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância” (FOUCAULT, 1996, p. 10). E por último, a vontade de verdade, oposição entre o verdadeiro e o falso.

Os discursos no formato de obra, para Chartier (1997, p. 7) “só existem a partir do momento em que se tornam realidades físicas, estão inscritos nas páginas de livros, são transmitidos nas páginas de um livro, são transmitidos por uma vez que lê ou conta, são ouvidos na cena de teatro”. Uma “ordem do discurso”, de acordo com Chartier (1997, p. 7, 31) “pressupõe que sejam decifrados rigorosamente aqueles que estão na base dos processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros (e dos outros objetos escritos)” sendo “uma relação entre texto, impresso e leitura”.

São etapas de rarefação o processo editorial (o que ganhará vida como obra intelectual ou continuar no mundo das ideias?) e o crivo do mercado (comercial ou acadêmico). A biblioteca, amostra do universo dos discursos publicados, segundo Foucault (1996, p. 17) também faz parte do sistema de exclusão do discurso. E a censura é outro fator de rarefação na vida dos discursos, estratégias de inviabilização ou negação de vozes discursivas que contrapõe a ordem estabelecida. A censura “parece ser um mal difícil de erradicar” e vive “das mesmas razões falaciosas: defender a Moral, a Religião e o Estado” (MORAES, 2006, p. 58).

Há uma interpretação que as obras que contrapõem à ordem e à moral são consideradas nefastas ou deletérias e a restrição a seu acesso se justifica no sentido de não contaminar os pensamentos dos indivíduos com ideias vãs ou libidinosas.

A censura é a imposição unívoca e unilateral de discursos pelo censor “porque [este] se aferra a uma concepção do mundo uniforme, irrefutável, um absurdo de natureza autárquica, autofundamentada, auto-suficiente, infinita, atemporal, simples e expressa como

pura atualidade não-corruptível. Esse absoluto implica uma realidade absoluta” (BÁEZ, 2006, p. 25).

4.2 A censura na Ditadura Militar

A censura se estabelece no país em abril de 1964, de acordo com Otero (2003, p. 16) “nos meio de comunicação e na área cultural, por meio de repressão, intimação e violência física”, sendo regulamentada pelo Decreto-lei nº 1.077. Ficou a cargo de várias instituições - Ministério da Justiça, através do Serviço de Censura e Diversões Públicas, o Instituto Nacional do Livro e Ministério da Educação e Cultura. A partir de 1970, “os livros e revistas também passaram a ser examinados pelo DCDP” (REIMÃO, 2011, p. 13), não sendo toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral, aos costumes e o governo vigente.

Editores foram personagens fundamentais na produção e resistência da cultura no país (PEREIRA, 2010, p. 194). Na mediação entre a informação e o cidadão, de modo semelhante, alguns profissionais da informação transgrediram as ordens vigentes e salvaguardaram obras proscritas (ou censuradas), arriscando seus cargos e vidas.

Ressalta Otero (2003, p. 203) que “enquanto o Ministério da Justiça utilizou a violência física e a violência simbólica (legislação censória), para controlar e censurar livros, o mecanismo utilizado pelo INL foi o Programa de Co-edições” para livros didáticos e livros literários. De acordo com Otero (2003, p. 19, 20), de um lado um ministério que mutila a área cultural e do outro um que fomenta de forma expressiva e apoia a indústria editorial, as ações censórias em conjunto destas instituições foram responsáveis pelo perfil cultural definido pela ditadura.

A ditadura militar, conforme Otero (2003, p. 206) “investiu pesado na cultura, proporcionando o renascimento de um novo mercado para os intelectuais considerados conservadores e que apoiaram o golpe militar”. As ações militares se concentraram no desenvolvimento de uma política para publicação de livros, de acordo com Leitão (2011, p. 165, 188) “a simples distribuição de livros permitiu ao governo criar uma ilusão de política, uma impressão de que a informação estava oficialmente sendo disseminada” e “toda essa massa editorial alimentou as bibliotecas” públicas.

4.3 Coleções expurgadas *ex ante* e *ex post*

Como atender à demanda dos usuários quando há proibição oficial de publicação e comercialização de livros e periódicos e o fomento à publicação de obras que correspondem às políticas educacional e cultural do governo militar? Para Costa (2008) “as bibliotecas não ficaram imunes à ação da censura”, o mercado editorial era censurado *ex ante* ou *ex post*. O Ministério da Justiça reprimia e o INL incentivava publicações não partidárias ou que propagassem ideologias impostas pelo sistema vigente.

De acordo com Costa (2008) “é possível constatar que existe um silêncio sobre esses acontecimentos”: de um lado um grupo da sociedade que se silencia, por medo da repressão e uso da força física e psicológica para impor as vontades políticas de forma arbitrária e reacionária e, de outro, os que se opõem, sendo perseguidos, processados, torturados, "desaparecidos" ou executados.

Como agir diante de um cenário de medo, insegurança, desconfiança e tensão? Qualquer denúncia sem justificativa objetiva poderia ocasionar batidas policiais, apreensões e flagelações. Ou o cidadão se calava ou era calado. Todas essas ações eram empregadas para restringir a liberdade de expressão e informação durante a vigência do regime.

As bibliotecas públicas e universitárias foram zonas de atenção. Para Leitão (2011, p. 263) “as bibliotecas públicas brasileiras foram consideradas oficialmente monitoradas, já que integravam os instrumentos de controle cultural, eram formadas e mantidas por recursos públicos e interesse do Estado”. As universidades eram monitoradas pelo Ministério da Justiça e MEC e suas bibliotecas também.

O reflexo do poder do silêncio originado no golpe militar ainda se estende à atualidade, e muitos cidadãos e profissionais preferem não falar sobre esse período de violação aos direitos humanos. Em alguns casos, o silêncio se transformou em omissão e o medo em indiferença.

5 RESULTADOS: ONDE ESTÃO OS LIVROS CENSURADOS?

Para Chartier (1997, p. 96) “o sonho de uma biblioteca reunindo todos os saberes acumulados, todos os livros alguma vez escritos, atravessou a história da civilização ocidental”. Desde a biblioteca da Alexandria, o homem almeja reunir e controlar todo o conhecimento registrado. Talvez este sonho não passe da escrita literária, como o famoso conto de Borges (1944) em que há a idealização de todos os saberes serem encontrados na

“Biblioteca de Babel”. A experiência de Otlet e La Fontaine também reflete este ideal de reunião de todo o saber produzido no mundo com a criação do Mundaneum (1910) que tinha o propósito de ser um palácio mundial onde serviria como um depósito central de registro de informações.

Para Chartier (1997, p. 98) “reunir todo o patrimônio escrito da humanidade num lugar único revela-se, contudo, uma tarefa impossível. Ao multiplicar títulos e edições, a imprensa arruinou qualquer esperança de exaustão”. De acordo com Campello (2006, p. 4), “as pessoas querem ter acesso à informação por vários motivos”.

A concepção do “domínio completo sobre os materiais que registram o conhecimento, objetivando sua identificação, localização e obtenção” (ROBREDO, 2003, p. 241) e a continuidade da ideia de Otlet e La Fontane foi possível pelo Controle Bibliográfico Universal (CBU), programa desenvolvido pela IFLA e Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (ROBREDO, 2003, p. 241).

A interoperabilidade de dados e de cooperação entre instituições viabiliza a tão sonhada biblioteca universal ou sem parede, via catálogo e à difusão deste, “o mundo fechado das bibliotecas singulares pode ser transformado num universo infinito de livros identificados, recenseados, visitados, consultados e, eventualmente, emprestados” (CHARTIER, 1997, p. 107-108).

Sabendo da dificuldade de dados gerais sobre o quantitativo de livros censurados e a possível localização de exemplares, e para responder à nossa indagação “onde estão os livros censurados?”, continuamos e ampliamos o quadro informativo de pesquisas anteriores, acrescentando títulos indicados em outras fontes de informação de títulos de livros censurados em catálogos *on line* de bibliotecas públicas e universitárias do Estado do Rio de Janeiro, para construir um catálogo (virtual e coletivo) de obras censuradas. Reunindo informações dispersas, organizamos uma fonte de informação que facilita a localização de tais obras a pesquisadores sobre o período.

5.1 Pesquisa

Realizou-se uma pesquisa qualitativa de comparação no tempo-espaço uma série estatística de presença/ausência de livros censurados em fundos bibliográficos do Estado do Rio de Janeiro - assim como: Araújo (1999), Azevedo (2003), Bastos (2008), Lima & Bastos (2010), Rodrigues (2016) - baseados no *Levantamento bibliográfico sobre censura nos meios*

de comunicação da Biblioteca de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), publicada em 1985.

Compilamos uma lista com 88 (oitenta e oito) títulos de obras censurados no período de 1964-1985, sendo que 76 (setenta e seis) obras foram extraídas do *Levantamento bibliográfico sobre censura nos meios de comunicação* da Biblioteca de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, 2 (duas) obras da *Lista de livros proibidos pelo Ministério da Justiça* elaborada por Otero (2003), e 10 (dez) da *Listagem da Seção: Censura Prévia – Série: Publicações* da Divisão de Censura de Diversões Públicas, nos catálogos *on line* de instituições de importância na guarda e produção intelectual, em bibliotecas de instituições públicas ou privadas localizadas no Estado do Rio de Janeiro, tais como a: Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Biblioteca Parque Estadual (BPE), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Arquivo Estadual do Rio de Janeiro (APERJ) e Rede Pergamum.

Para uma melhor exposição da configuração dos quantitativos de livros censurados presente em cada instituição elaborou-se dois quadros comparativos das pesquisas anteriores e a atual. O primeiro quadro está dividido pelas análises em relação a 71 títulos de cunho político das pesquisas iniciais e o segundo formalizado pelos 73 (setenta e três) títulos referentes ao quantitativo da pesquisa da Rodrigues (2016) e pela nova composição de 88 (oitenta e oito) títulos censurados.

Tabela 1 – Resultado obtido das pesquisas relacionadas aos 71 títulos de cunho político

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS	PESQUISA EM RELAÇÃO AOS 71 TÍTULOS DE CUNHO POLÍTICO			
	Araújo (1999)	Azevedo (2003)	Bastos (2008)	Lima, K. (2016)
FBN	26		33	32
BPE	15		19	18
Sistema de Biblioteca / UFF		17	30	31
Rede Sirius / UERJ			29	36
Base Minerva / UFRJ				34
UNIBIBLI / UNIRIO				7
APERJ				10
Rede Pergamum				22

Tabela 2 – Resultado obtido das pesquisas relacionadas aos 73 e 89 títulos de cunho político

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS	PESQUISA EM RELAÇÃO AOS 73 TÍTULOS DE CUNHO POLÍTICO		PESQUISA EM RELAÇÃO AOS 88 TÍTULOS DE CUNHO POLÍTICO
	Rodrigues (2016)	Lima, K. (2016)	Lima, K. (2016)
FBN			38
BPE			20
Sistema de Biblioteca / UFF			35
Rede Sirius / UERJ			34
Base Minerva / UFRJ	29	36	40
UNIBIBLI / UNIRIO			7

APERJ			10
Rede Pergamum			25

A partir dos quadros acima, compostos dos resultados derivados das pesquisas anteriores e da nossa, elaboramos dois gráficos para elucidar as séries estatísticas referentes a livros censurados.

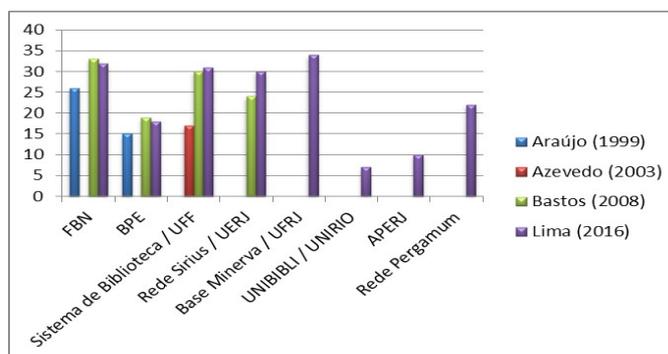


Gráfico 1: Comparativo dos estudos de série estatísticas sobre os 71 livros censurados.

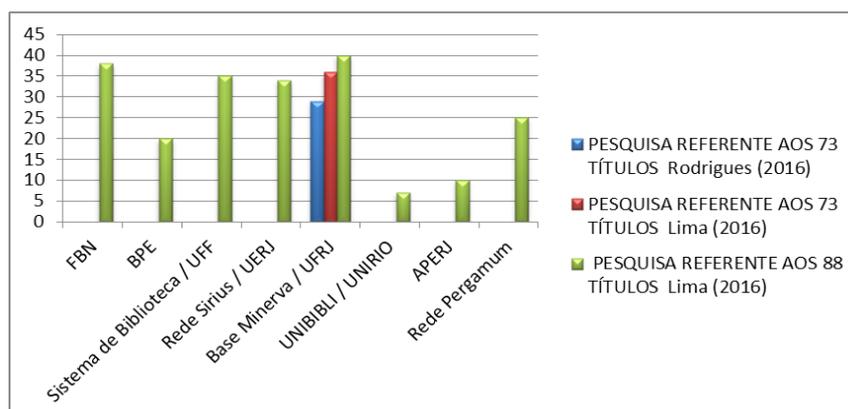


Gráfico 2: Comparativo dos estudos de série estatísticas sobre os 73 e 88 livros censurados.

Bastos (2008), além de continuar a série estatística, formulou um quadro comparativo de livros ausentes em instituições pesquisadas, mas presentes em outras unidades de informação. Com o conjunto de dados, Bastos (2008) elaborou um novo somatório quantitativo de livros presentes e ausentes nas instituições situadas no Rio de Janeiro e acrescentamos a esse quadro o resultado da Rodrigues (2016), a seguir o quadro comparativo,

Tabela 3 – Somatório quantitativo das pesquisas de livros censurados nas instituições analisadas

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS	TÍTULOS ENCONTRADOS	TÍTULOS DIFERENTES
Araújo (1999) FBN	26	26
Araújo (1999) BECK	15	2
Azevedo (2008) BCG	17	3
Bastos (2008) (FBN, BECK, BCC e Rede Sirius)	39	8
Rodrigues (2016)		4
TOTAL DE TÍTULOS LOCALIZADOS		43

Atualizamos esse somatório com dados da nossa série estatística e preparamos um quadro com os dados atualizados com base na nova composição das 88 (oitenta e oito) obras censuradas, à parte,

Tabela 4– Somatório quantitativo das pesquisas atuais de livros presentes e ausentes nas instituições analisadas

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS	TÍTULOS ENCONTRADOS	TÍTULOS DIFERENTES
FBN	38	38
BPE	20	-
Sistema de Biblioteca / UFF	35	4
Rede Sirius / UERJ	34	2
Base Minerva / UFRJ	40	5
UNIBIBLI / UNIRIO	7	2
APERJ	10	-
Rede Pergamum	25	1
TOTAL DE TÍTULOS LOCALIZADOS		52

Recuperaram-se 52 (cinquenta e dois) títulos dentre os 88 (oitenta e oito) livros de não ficção censurados pulverizados entre as instituições, representatividade de 59,09% de presença das obras em acervos bibliográficos no Estado do Rio de Janeiro.

Por fim, ainda não localizamos 36 obras. Esses resultados ilustram os efeitos nocivos da censura na produção (intelectual e editorial), no cerceamento ao acesso à informação e no desenvolvimento de coleções de bibliotecas.

CONCLUSÃO

Passados mais de 30 anos da Ditadura militar, ainda há reflexos dos impactos da censura. Fazemos esta afirmação baseados em uma amostra exemplar cotejada na pesquisa em catálogos *on line* de instituições públicas com fundos bibliográficos de relevância ao país e ao Estado do Rio de Janeiro.

Através de nossa pesquisa, constatamos que das 88 obras de cunho político (obras consideradas subversivas e contra a ordem estabelecida), não foram localizadas 36 obras. Destes 36 (trinta e seis) títulos, 12 estão no idioma estrangeiro e 24 em português.

No comércio livreiro de livros novos só encontramos 2 (duas) obras à venda, sendo uma comercializada no formato de e-book. Ao analisar as datas de publicação das últimas edições dos títulos encontrados, constatamos que 5 títulos foram republicados entre 1985-2000 e 8 a partir do ano 2000. Isso ilustra que títulos censurados estão sendo reeditados em

percentual pequeno (menos de 10% dos 88 examinados), menos provavelmente por perderem a relevância e sua abordagem não respondem mais os anseios intelectuais dos acadêmicos, pesquisadores e estudantes e mais por estarem próximos à entrada em domínio público.

No comércio de livros usados, encontramos um número bem expressivo de 52 obras na Estante Virtual (uma rede de comércio eletrônico criada em 2005, que reúne o maior acervo de lojas que vendem livros usados do país).

Na Internet, localizamos sites que estão disponibilizando o conteúdo e encontramos 12 (doze) títulos em domínio público, sendo que 1 (um) título não foi localizado em nenhuma instituição pesquisada. A internet se torna mais um espaço e suporte de acesso às obras que não são mais publicadas por falta de interesse do mercado editorial.

Essas informações esclarecem os efeitos nocivos da censura na produção (intelectual e editorial) e acesso à informação, entraves (éticos, morais e judiciais) ao profissional da informação no processo de desenvolvimento de coleção. O bibliotecário como o avaliador do universo da informação e selecionador dos discursos foi impedido de montar um jogo de discursos plurais, base da construção da verdade contemporânea na biblioteca.

Na contemporaneidade, o profissional da informação deve perceber seu papel social na ordem dos discursos publicados, a responsabilidade política no jogo de ofertar discursos plurais, como mediador destes discursos entre autores e usuários e reconhecer sua posição de poder iluminista neste processo "atrevendo-se a saber informar", para lembrar Kant. Estabelecendo, por meio de critérios, uma arena para o confronto dos divergentes discursivos, retoma o pensamento da biblioteca ordenadora de discursos para desordenar, no sentido de incentivar o pensamento autônomo.

Para Chauí (2000, p. 561) “a democracia é a única sociedade e o único regime político que considera o conflito legítimo. Não só trabalha politicamente os conflitos de necessidade e de interesses (disputas entre os partidos políticos e eleições de governantes pertencentes a partidos opostos), mas procura instituí-los como direitos e, como tais, exige que sejam reconhecidos e respeitados”, para que a biblioteca se configure em um espaço democrático pleno, a premissa da pluralidade dos discursos deve estar na essência de todas as práticas biblioteconômicas e no fazer dos profissionais.

REFERÊNCIA

ADICHIE, Chimamanda. O perigo da história única. TEDGLOBAL, 2009. Disponível em: <http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br>. Acesso em: 21 jul. 2016.

ARAÚJO, Luciana Danielli de. **Censura nunca mais**: presença/ausência dos livros censurados na Fundação Biblioteca Nacional e Biblioteca Estadual Celso Kelly. 1999. 33 f. + anexos. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Curso de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1998. Orientadora: Marcia H. T. de Figueredo Lima.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Catálogo de Livros apreendidos pelas Polícias Políticas 1933-1983**. Rev. e atual. Rio de Janeiro: 2012.

AZEVEDO, Dilma Pereira de. **Censura e repressão a livros e bibliotecas universitárias no Brasil pela ditadura militar (1964-1985)**. 83 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Curso de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003. Orientadora: Suzete Moeda Matos.

AZEVEDO, Domingos de. **Grande dicionário francês/português**. 11. ed. Lisboa: Bertrand, 1989.

BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BASTOS, Milton Jorge Moreira. **Censura nunca mais**: onde estão os livros censurados? 2008. 57 f. + anexos. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Curso de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008. Orientadora: Marcia H. T. de Figueredo Lima.

BIBLIOTECA PARQUE. [**Catálogo on line**]. Disponível em: <http://bibliotecasparque.alexandria.com.br/pesquisa_idg/semresultado.jsf>. Acesso em: 24 fev. 2016.

_____. **Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm> Acesso em: 28 jun. 2015.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Lisboa: Passagens, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1980.

_____. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Mônica de Azeredo da. **Vestígios do autoritarismo**: anotações sobre a ação da censura no cinema brasileiro e a privação da liberdade de informação. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008. Orientadora: Márcia Heloísa Tavares de Figueiredo Lima.

DAY, Ronald. **Information ethics: normative and critical perspectives**. Rio de Janeiro, 2015. (Palestra proferida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, IBICT, na disciplina Ética e Informação).

DOTTI, René Ariel. Informação (Direito à). In: FRANÇA, Limongi. **Enciclopédia Saraiva do direito**. São Paulo: Saraiva, 1997-. v. 44.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993.

_____. A modernidade das cinco leis de Ranganathan. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 186-191, set/dez. 1992.

FREITAS, Lídia Silva de; GOMES, Sandra Lúcia Rebel. Quem decide o que é memorável?: A memória de setores populares e os profissionais da informação. In: FORO SOCIAL DE INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y BIBLIOTECAS, 1., 2004, Buenos Aires. **Anais eletrônicos...** Buenos Aires, 26-28 ago. 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo : Loyola, 1996.

_____. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariangela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (Org.). **A dimensão epistemológica da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. [Catálogo *on line*]. Disponível em: <http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html>. Acesso em: 23 fev. 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HAINES, Helen E. **Living with book: the art of book selection**. 2nd. ed. New York: Columbia University Press, 1950.

JAPIASSÚ, Hilton, MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.

_____. **Dicionário básico de filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e regime militar**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2011.

LEWIS, A.M. Introduction. In.: _____ (Ed.). **Questioning library neutrality: essays from progressive librarian**. Duluth, MI: Library Juice Press, 2008. p. 1-4.

LIMA, Kelly Pereira de Lima; MIGLIOLI, Sarah; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Da Comissão Nacional da Verdade ao direito à verdade: a validação discursiva das coleções nas bibliotecas. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 31-55, jan./jun. 2015.

LIMA, Marcia Heloisa Tavares de Figueredo. O estatuto teórico epistemológico do direito à informação no contemporâneo: das dimensões aos limites. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, jan./jun. 2014.

MILANESI, Luis. **Ordenar para desordenar**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 2006.

MURGUIA, Eduardo Ismael. Documento e instituição: produção, diversidade e verdade. In: FREITAS, Lídia S.; MARCONDES, Carlos H.; RODRIGUES, Ana Célia (Org.). **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: EdUFF, 2010, v. 1, p. 123-140.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, artigo 3, abr. 2010.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura de livros durante a ditadura militar 1964-1978**. 2003. 306 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. **A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro**. 2010. 245 f. Tese (Doutor em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PERGAMUM. **Conheça a Rede Pergamum**. Disponível em: <http://www.pergamum.pucpr.br/redepergamum/rede_conheca.php?ind=1>. Acesso em: 23 fev. 2016.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura e livros na Ditadura Militar**. São Paulo: Editora USP; FAPESP, 2011.

ROBREDO, J. **Da ciência da informação revisada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

SEELAENDER, Airton Cerqueira Leite. Surgimento da idéia de liberdades essenciais relativas a informação a Areopagítica de Milton. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 86, p. 190-211, jan./dez. 1991.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rede Sirius Bibliotecas da UERJ. **História**. Disponível em: <<http://www.rsirius.uerj.br/novo/index.php/institucional/sobre-a-rede-sirius/historico/>>. Acesso em: 24 fev. 2016b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas da UNIRIO. **[Catálogo on line]**. Disponível em: <http://web02.unirio.br/sophia_web/>. Acesso em: 20 fev. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ. **Base Minerva**. Disponível em: <<http://minerva.ufrj.br/F?RN=197859164>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Bibliotecas UFF. **Catálogo online**. Disponível em: <http://www.bibliotecas.uff.br/catalogo_online>. Acesso em: 24 fev. 2016.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1997.

_____. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis : APB, 1989.

_____. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ci. Inf.**, Brasília, 16 (1), p. 21-26, jan./jun. 1987. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1569/1504>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **TransInformação**, Campinas, 24(3), p. 179-190, set./dez. 2012.

APÊNDICE A - Quadro das instituições analisadas (ARAÚJO, 1999; AZEVEDO, 2003; BASTOS, 2008; RODRIGUES, 2016)

Autor	Título	Araújo (1999)		Azevedo (2003)		Bastos (2008)								Rodrigues (2016)	
		B.N.	BECK	BCG	B.N.	BECK	BCG / UFF	RDE/SRHS (UFRR)	Total	Livros enct	Livraria	Sebo	Perdido	IFCS/UFRRJ	
	Atas Tupamaras: uma experiência de guerrilha urbana no Uruguai	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon	Movimento estudantil e consciência.	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	4	CONSTA	CONSTA	CONSTA		CONSTA
ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon	Classes médias e política.	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	4	CONSTA	CONSTA	CONSTA		CONSTA
ALMEIDA, Mauro	U.S.A. - civilização empastada.	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	1	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA		
ALTHUSSER, Louis	La filosofía como arma de la revolución	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	CONSTA
ALTHUSSER, Louis	Marxismo	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	2	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA		CONSTA
ALVES, Marcio Moreira	O despertar da revolução brasileira.	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	2	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA		CONSTA
ALVES, Marcio Moreira	Tortura e torturados.	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	3	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA		CONSTA
CABRAL, Alexandre	Um português em Cuba	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
CARDOSO, Fernando Henrique	Autofortismo e democratização.	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	4	CONSTA	CONSTA	CONSTA		CONSTA
CASTRO, Fidel et al	A aventura bolchevique - Che Guevara.	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
CHATELET, François	Logos e práxis	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---		CONSTA
CHE GUEVARA, Ernesto	Nossa luta em Sierra Maestra	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA		
CHE GUEVARA, Ernesto	Socialismo y el hombre en Cuba	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA		
CHURCHILL, Ronald H.	O partido comunista brasileiro	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---		CONSTA (mg post)
CONCEIÇÃO, M. B. BORIS Ivan.	Solano Lopez e Napoleão de Prata	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	3	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA		
CUBA, Ministério de Educação	A educação em Cuba	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
CUNHAL, Álvaro	Rumo à vitória	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
DAVID, Moshe	U.S.A. - a nova vida revolucionária.	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
DEBRAY, Régis	Revolução na revolução	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	2	CONSTA	N CONSTA	CONSTA		CONSTA
FANON, Frantz	Os condenados da terra	CONSTA	N CONSTA	CONSTA	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	3	CONSTA	N CONSTA	CONSTA		CONSTA (post - fr.)
FANON, Frantz	Sociologia de uma revolução	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA (fr.)	N CONSTA	N CONSTA	1	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA		
FONCELA, Rubem	Fidel: Ano Novo	CONSTA	N CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	4	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA		CONSTA
GLAP, Nguyen	Guerra del pueblo - exército do pueblo	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
GLAP, Nguyen	Lucha armada - fuerza armada	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
HERZEG, Philip	A mídia popular e o domínio da economia	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	CONSTA
HITE, Sheu	O sistema Hite	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	4	CONSTA	N CONSTA	CONSTA		CONSTA
HIRSBERMAN, Leo, SWEETZ, Paul H.	Socialismo em Cuba	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA (Ale.)	N CONSTA	N CONSTA	2	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA		
HUSTON, Oliver	Os degenerados da terra.	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
	La violencia militar de Brasil.	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
LAURENT, Faure Ibrahim	Os comunistas e o partido.	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
LAZARENTO	Os sindicatos e a gestão de empresas	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
LENIN, Vladimir Ilitch	A doença infantil do espartanismo no comunismo	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	4	CONSTA	N CONSTA	CONSTA		CONSTA (post - esp.)
LENIN, Vladimir Ilitch	A catástrofe iminente e os meios a conjurar	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	1	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA		CONSTA
LENIN, Vladimir Ilitch	Cinco dias de Lenin sobre a revolução proletária e a ditadura.	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
LENIN, Vladimir Ilitch	O imperialismo e o início do socialismo	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	2	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA		
LENIN, Vladimir Ilitch	Soberania e a crítica do marxismo e o economismo imperialista.	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
LEVY STRAUSS	Estruturalismo	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	1	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA		
LOWY, Michael	Método dialético e teoria política	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	2	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA		CONSTA
MAES, Pierre	A constituição do superego	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	CONSTA
MAO, Tse - Tung	Cinco dias do presidente Mao Tse - Tung	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	2	CONSTA	N CONSTA	CONSTA		CONSTA
MAO, Tse - Tung	Obras escogidas	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	1	CONSTA	CONSTA	CONSTA		CONSTA
MARROW, Kurt Bischoff	A ditadura dos cartéis	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	4	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA		CONSTA
MOISSA, J. Akbar et al	Contradições urbanas e movimentos sociais.	CONSTA	N CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	4	CONSTA	N CONSTA	CONSTA		CONSTA
MOURÃO FILHO, Olimpio.	A verdade de um revolucionário.	CONSTA	CONSTA	N CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	3	CONSTA	N CONSTA	CONSTA		CONSTA
MOVIMENTO Comunista Internacional	La greve popular em la Brasil	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
MURARO, Rose Marie	A antimatéria do homem	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	3	CONSTA	N CONSTA	CONSTA		
MURARO, Rose Marie	A militância na construção do mundo futuro	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	3	CONSTA	N CONSTA	CONSTA		
MYRDAL, Jan	Uma aldeia da China Popular	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	CONSTA	CONSTA	PERDIDO	
O'CONNOR, James	U.S.A. - a crise do estado capitalista	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	4	CONSTA	N CONSTA	CONSTA		CONSTA
POLAKI, Alex	Mãe companheira querida	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
POREIRO, Pedro	Canário de obra	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA		
POREIRO, Pedro	O bolo burguês.	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA		
POULANTZAS, Nicos	A crise das ditaduras - Portugal, Grécia e Espanha	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	4	CONSTA	N CONSTA	CONSTA		CONSTA
PRADO JR., Cao	A revolução brasileira.	CONSTA	N CONSTA	CONSTA	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	3	CONSTA	CONSTA	CONSTA		CONSTA
PRADO JR., Cao	O mundo do socialismo.	CONSTA	N CONSTA	CONSTA	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	3	CONSTA	N CONSTA	CONSTA		CONSTA
PREOBRJANSKY, DEUKSARINE	ABC do comunismo	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
RODO, Ricardo	Meu amigo Che	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	1	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA		
RIBEIRO, Darcy	Revolução política do partido comunista em Colombia	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
ROVETTA, Vicente	El derecho a rebelarse	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	CONSTA
SERRA, José et al	América Latina - ensaios de interpretação econômica	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	4	CONSTA	CONSTA	CONSTA		CONSTA
SISSON, Roberto	O gênio nacional da história do Brasil	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	2	CONSTA	N CONSTA	CONSTA		
SOREL, Nelson Wernick	História militar do Brasil	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	4	CONSTA	N CONSTA	CONSTA		CONSTA
SOFFI, Gianni	O modo de produção asiático	CONSTA	CONSTA	N CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	CONSTA	4	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA		CONSTA
SOLLERS, Philippe	La teoria revolucionaria.	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
STRADA, Etienne M	Mi experiência cubana	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
TERESHKOVA, Tamdajava	O papel da mulher na sociedade do problema.	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
	Textos de Che Guevara	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	1	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA		
TOURINHO, Nazareno	Lei é lei e está acabada	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	1	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA		
TRONSKI, Leon	La internacional comunista desde la muerte de Lenin	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
URBANO, Miguel	O papel da revolução na América Latina	N CONSTA	N CONSTA	CONSTA	CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	1	CONSTA	N CONSTA	CONSTA		
VAN THAI, Hoang	Guerra de guerrilha em Vietnam.	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	0	N CONSTA	N CONSTA	N CONSTA	PERDIDO	
TOTAL DE OBRAS	CONSTA	26	15	17	33	19	25	24	39	38	9	27	44	passim	29
NAO CONSTA	CONSTA	45	56	54	38	52	46	47	31	62	44	27	44		44

